

## **Ata da Audiência Conciliatória entre indígenas, ribeirinhos e Norte Energia S.A.**

Aos dezesseis dias do mês de outubro de 2012, às quatorze horas e cinquenta minutos, no canteiro de obras do sítio Pimental da UHE Belo Monte reuniram-se para realizar a audiência conciliatória definida pela ordem judicial do dia 15 de outubro de 2012 os grupos ocupantes do canteiro de obras a saber: indígenas das etnias Xipaya (Jair da aldeia Cojubim e Juma Tukamã), Kuruaya (Rodrigo da aldeia Kuruatxê, Lico da aldeia Curuá, João Galdino da aldeia Irinapane e Cláudio morador da cidade de Altamira), Arara (Ioru da aldeia Iriri, Turu da aldeia Laranjal e Maurindek da aldeia Marangarapi), Kayapó Kararaô (Tikuri da aldeia Kararaô), Asurini (Ajé da aldeia Kwatinemo e Kwain da aldeia Itaaka), Parakanã (Txikoa da aldeia Apyterewa, Penan da aldeia Paranopiona e Mama da aldeia Xingu), Leoni Pessoa (presidente da associação dos pilotos de voadeira de Altamira), Cecílio Kayapó representante dos pescadores e ribeirinhos, Procurador Federal Leandro Santos da Guarda (presidente da audiência em nome da Fundação Nacional do Índio -FUNAI), servidores da FUNAI Estella Libardi e Allyne Mayumi Rodolfo, Procuradoras Federais Analice Uchoa Cavalcanti e Erika de Oliveira Almeida, Procuradoras da República Thaís Santi Cardoso e Meliza, servidora do IBAMA Sílvia de Góes, Andréia Macedo Barreto e João Paulo Carneiro defensores públicos, gerente de estudos indígenas da Norte Energia S.A. Inês Caribé Marques, Roberto Camilo Cruz Oliveira Diretor Socioambiental da NESAs, entre outras pessoas que permaneceram no local.

O Procurador Federal da FUNAI inicia a discussão dos pontos de pauta que envolvem diretamente a NESAs, sendo o primeiro ponto o da criação do **comitê de acompanhamento das condicionantes e dos programas de compensação da UHE Belo Monte**, foi proposto pelo Procurador o prazo de 15 dias para a primeira reunião, portanto, para o **dia 30 de outubro de 2012**, o que foi acatado pelos indígenas e houve o compromisso que a reunião irá acontecer independentemente do não comparecimento de outros indígenas.

O indígena Jair Xipaya solicitou que houvesse a apresentação dos participantes da audiência, o que foi feito. O indígena Rodrigo Kuruaya coloca que o primeiro ponto de pauta foi muito simples de ser resolvido, mas que outros não serão e que caso haja a necessidade de continuidade da reunião amanhã que assim seja feito.

Sobre o segundo ponto de pauta que trata do funcionamento do Programa de Comunicação, o indígena Jair Xipaya coloca que os rádios instalados pelo Programa não funcionam adequadamente, pois não ouvem o que a central fala ou o contrário. Além disso, o indígena coloca que as informações sobre o cronograma de obras nunca são informadas para as aldeias.

Camilo da NESAs diz que as questões são de frequência e que não é uma ação direta da NESAs, pois precisa contratar outra empresa e não pode dizer exatamente o dia que irá fazer. As servidoras da FUNAI colocam que o problema também está nos rádios. O indígena ressalta que tem a questão do conteúdo do cronograma das obras, Estella

coloca que os indígenas propuseram um boletim mensal para informar as aldeias sobre as obras. A Procuradora Thaís coloca que um boletim não garante que esse boletim contemplará todas as informações necessárias, que  **fatos novos deverão ser informados extraordinariamente**. A servidora Mayumi coloca que essas questões já foram discutidas com os técnicos do Programa de Comunicação e que o mesmo tinha dificuldades em ter detalhes do cronograma de obras. Camilo diz que as informações serão disponibilizadas para o Programa de Comunicação.

**Ficou encaminhado que será feito o boletim mensal e que até o dia 30 de outubro de 2012, na reunião do comitê de acompanhamento das condicionantes, será apresentadas as providências que serão adotadas para melhorar a comunicação.**

Outra proposta sobre a comunicação que os indígenas colocam é a necessidade da visita aos canteiros de obras da UHE Belo Monte. **A NESA coloca que existem algumas dificuldades para dar uma data certa, os indígenas colocam que é necessário sair dessa audiência com uma data limite, que ficou definida para a segunda semana de novembro de 2012, e que na reunião do comitê a NESA darão uma data mais acertada.**

Jair Xipayá pergunta se haverá apoio da NESA para trazer os indígenas das aldeias para conhecerem o canteiro de obras, pois há o deslocamento desde as aldeias, hospedagem em Altamira, alimentação, etc. A NESA diz que não está preparada para buscar os indígenas nas aldeias, mas de ficar responsável apenas pelo deslocamento de Altamira para o canteiro. Estella propõe que as visitas como estão programadas pela NESA sejam iniciadas e que seja preparada uma proposta que envolva o traslado desde a aldeia até o canteiro e a volta. Thaís coloca que é importante que esse ponto seja analisado ainda no dia de hoje para que nem todas as questões sejam decididas no dia 30 de novembro. Camilo solicitou um tempo para decidir sobre isso e dará uma resposta até o final da audiência.

Sobre o ponto de pauta da execução do Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas, Camilo diz que das 21 unidades de proteção territorial (UPT) duas já estão prontas as provisórias de Apyterewa, Inês coloca que duas bases estão com empresas contratadas e em execução para as UPT Koatinemo e Arara da Volta Grande e que das outras UPT estão contratadas BO transamazônica, BO Trincheira Bacajá e PV Tuere. Estão sendo contratadas BO Transiriri e PV Anapú.

Juma Xipayá coloca que as bases de proteção estão com seus prazos todos vencidos, já que a proteção das TIs deveria ter começado antes da Licença de Instalação e depois tiveram seu prazo estendido para 40 dias depois da LI para a implementação do plano de proteção, mas até agora nada foi feito. A Inês da NESA coloca sete UPTs serão construídas até dezembro de 2012. A Norte Energia coloca que para a construção do PV Tuerê é necessária a construção da estrada até o PV e que se compromete em agilizar a construção da estrada. Estella coloca que essa audiência pode servir para construir um cronograma para as UPTs das rotas Iriri e Xingu.

**Ficou encaminhado que até o final do mês de novembro de 2012 todas as UPTs estarão vistoriadas em conjunto entre a FUNAI e a Norte Energia, até março de 2013 serão contratadas as empresas para construção e compra de material e outros preparativos para o início, mais quatro meses para terminar de construir todas as UPTs. Ficou acertado: contratação até março e construção de abril a julho de modo que todas as upts sejam entregues até julho de 2013. Thaís coloca que o MPF abrirá um procedimento para acompanhar a execução desse cronograma.**

O indígena Jair Xipaya lembra da formação para os indígenas e propõe que o início da formação para indígenas atuem em ações de vigilância territorial em 30 dias (novembro de 2012). Estela ire consultar à CGMT sobre a formação. Leandro solicita que Camilo trate do ponto da visita ao canteiro de obras e **Camilo coloca que a NESAs se comprometerá em realizar o deslocamento dos indígenas que visitarão o canteiro desde a aldeia para Altamira e a volta, assim como a alimentação durante o período da visita e deslocamento, limitado às regras estabelecidas pela NESAs (dez indígenas de cada vez com dois acompanhantes de conhecimentos dos indígenas através dos infomartivos).**

Passou-se para o próximo ponto de pauta, que trata do PBA indígena. Camilo começa assumindo a interpretação equivocada do PBA, fazendo com que o Plano Operativo não contemplou todas ações (saúde, educação e infraestrutura) para todas as aldeias de todas as rotas. Mayumi coloca que a NESAs deve se comprometer em cumprir todas as ações que foram aprovadas no PBA apresentado pela NESAs para a FUNAI. O indígena Rodrigo pergunta se haverá um padrão das escolas e postos de saúde. Inês diz que as ações que começarão na Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá e que a NESAs discutirá modelos que depois poderão ou não ser usados nas outras rotas.

Jair Xipaya diz que Camilo vai ter que garantir o posto e a escola da forma que os indígenas quiserem. Camilo diz que algumas regras sanitárias devem ser seguidas. Camilo se compromete em adiantar os projetos executivos de forma geral (infraestrutura de educação e saúde) através da contratação de outras equipes para trabalhar concomitantemente nas rotas Volta Grande e Bacajá e outra para a rota Iriri e Xingu até abril de 2013. Camilo diz que não há como se comprometer com prazos para terminar as obras, pois não há empresas e trabalhadores disponíveis, entre outros para ir para as aldeias.

Jair Xipaya diz que se há empresas que vieram de fora para construir a barragem, há também a possibilidade de contratar empresas para construir as obras nas aldeias. Juma diz que o problema para construir as obras nas aldeias é que a prioridade não é essa, a prioridade da NESAs é terminar de barrar o Rio Xingu e nada nas aldeias.

O Procurador Leandro propõe que na reunião do comitê do acompanhamento das condicionantes a NESAs apresente a quantidade de obras que conseguirão construir e que no comitê sejam escolhidas as obras prioritárias. Jair Xipaya diz que escolher prioridades é complicado num grupo tão grande e diverso de indígenas e pode gerar

conflitos. Camilo propõe que durante os cinco meses até o prazo de entrega dos projetos executivos sejam discutidas nas reuniões do comitê de acompanhamento as prioridades para começarem as obras em maio de 2013 em todas as quatro rotas. Juma coloca a preocupação com o grande número de não indígenas que irão trabalhar nas aldeias, sugerindo que os indígenas possam ser contratados para tais obras.

**Dessa forma, ficou encaminhado o seguinte: os projetos executivos devem ser entregues até abril de 2013, as obras serão iniciadas em maio de 2013 com no mínimo a contratação de uma empresa para a construção dessas obras por rota, sendo que as obras prioritárias por rota serão definidas no comitê.**

Sobre o ponto de pauta do **Programa de Infraestrutura: os Projetos de Energia, de Abastecimento de água e de Esgotamento Sanitário** ficou encaminhado que serão feitos dentro do PBA para todas as rotas. Sobre o Projeto de Energia a NESA se compromete em iniciar o diagnóstico em fevereiro de 2013 em todas as aldeias. Sobre os projetos de Abastecimento de água e de Esgotamento Sanitário a NESA se compromete em cumprir o mesmo cronograma da construção das escolas e postos de saúde.

Ainda sobre o PBA, o último ponto a ser discutido é o Programa de Atividades Produtivas. Inês informa que está tratando com empresas que entregarão até dia 25 de outubro de 2012 a proposta de trabalho. O que está previsto é um projeto de subsistência e um de geração de renda. Rodrigo pergunta qual é o teto orçamentário para esse projeto e a Inês e Camilo dizem que há um teto, mas não dizem qual é. Rodrigo pergunta se será possível fazer mais de um projeto, Inês responde que será definido um por ano por aldeia de geração de renda.

Estella diz que a própria NESA havia dado o prazo de início desse programa para o início de setembro de 2012, já estamos em outubro e ainda nada foi feito, portanto pergunta qual é o prazo que a NESA apresenta novamente. **Camilo diz que a equipe para executar o programa de atividade produtiva deve chegar em Altamira até a segunda semana de novembro de 2012.**

O próximo ponto de pauta é a Casa do Índio, que Ajé Asurini coloca que está mais do que atrasado. Inês diz que até o próximo final de semana as últimas reformas na casa alugada será terminada, que em novembro a Casa do Índio será demolida e que a empresa para reformar ainda está sendo contratada. Jair Xipaya e Ajé colocam que já participaram de muitas reuniões para definir a reforma e até agora nada e perguntam qual é o prazo para terminar essa reforma.

**Camilo se compromete que a mudança para a casa alugada se dará a partir do dia 22 de outubro de 2012, coordenado pela FUNAI e a NESA colocará caminhão para a mudança e iniciar a construção da Casa do Índio em 1º dezembro de 2012.**

Jair Xipaya diz que a ocupação tem o objetivo de cobrar as condicionantes e o início do PBA, mas que quer cobrar também os encaminhamentos das últimas reuniões (da outra ocupação e da última reunião em Brasília). Camilo diz que tudo o que foi prometido vai ser cumprido. Jair Xipaya diz que o PBA não começou e acabou o Plano Emergencial e questiona como será a aquisição de roupas e alimentação. Leandro diz que sobre a alimentação, a FUNAI se comprometeu em eventualmente adquirir gêneros alimentícios de acordo com a análise da FUNAI. Jair diz que não acredita que a FUNAI consiga cumprir o que se comprometeu e cobra o empreendedor que foi quem gerou essa situação.

Camilo diz que foi decidido em Brasília que o Emergencial acabou e Inês lê o acordo que trata sobre o combustível, manutenção de motores e equipamentos, fornecimento de equipamentos, sementes, mudas e assistência técnica, continuidade das obras de infraestrutura já iniciadas, fretes, adequação de 6 pistas de pouso e análise da construção de uma pista de pouso na aldeia Kuruatxê, análise da estrada da aldeia Cojubim, listas encaminhadas até 10 de setembro serão atendidas, projetos culturais serão atendidos dentro do Programa Cultural do PBA.

Depois de muita discussão sobre a continuidade da reunião ou não durante a noite, houve acordo entre as partes em continuar a audiência conciliatória no dia 17 de outubro de 2012 a partir das quatorze horas já que não se havia esgotado as pautas e os ribeirinhos e pescadores não tinham sido ouvidos.

No dia dezessete de outubro de 2012, às quatorze horas e cinquenta minutos a audiência conciliatória foi retomada com a apresentação de todos os presentes: os indígenas das etnias Xipaya (Jair da aldeia Cojubim e Juma da aldeia Tukamã), Kuruaya (Rodrigo da aldeia Kuruatxê, Lico da aldeia Curuá, João Galdino da aldeia Irinapane e Cláudio morador da cidade de Altamira), Arara (Ioru da aldeia Iriri, Turu da aldeia Laranjal e Maurindek da aldeia Marangarapi), Kayapó Kararaô (Tikuri da aldeia Kararaô), Asurini (Ajé da aldeia Kwatinemo e Tukura da aldeia Itaaka), Leoni Pessoa e Cláudio Silva dos Santos (presidente da associação dos pilotos de voadeira de Altamira), Cecílio Kayapó representante dos pescadores e ribeirinhos, Pedro Silva dos Santos pescador, servidores da FUNAI Estella Libardi e Allyne Mayumi Rodolfo, Procuradoras Federais Analice Uchoa Cavalcanti (que presidente a audiência) e Erika de Oliveira Almeida, Procuradoras da República Thaís Santi Cardoso e Meliza, servidora do IBAMA Sílvia de Góes, Andréia Macedo Barreto e João Paulo Carneiro defensores públicos, gerente de estudos indígenas da Norte Energia S.A. Inês Caribé Marques, Roberto Camilo Cruz Oliveira Diretor Socioambiental da NESAs, entre outras pessoas que permaneceram no local. Roberta Amanajás e Maira XXX (OAB 6275970 MT) estão presentes na audiência, mas não representam nenhum grupo. Representando a CCBB a Norma Mitsue Narisawa Miazato (OAB - 17831-a/PA) e representando a NESAs Luís Eduardo Silva de Barros OAB - SC 12102).

Cora Catalina da assessoria de imprensa da NESAs e João Pimentel Diretor de Relações Institucionais da NESAs, ambos não representam a empresa. A Defensora Andréia solicita que as filmagens que estão sendo feitas integralmente pela NESAs seja disponibilizada para os participantes e conste nos autos.

A Procuradora Analice preside a audiência e inicia a discussão lendo a pauta dos pescadores e ribeirinhos residentes nas Ilha do Cão, Ilha da Itaboca, Ilha Muruci e comunidade São Pedro que trata do **remanejamento imediato das famílias da área do canteiro de obras do sítio Pimental, em razão das explosões e situação de insegurança e dificuldade no transporte** e abre a palavra para os pescadores.

Estes colocam que há alguns nomes que não constam na pauta e que as explosões nas ilhas estão afetando a casa de pessoas que não foram remanejadas ou indenizadas. Camilo propõe que seja feita uma diligência no local para saber se as famílias citadas estão nas áreas declaradas como de utilidade pública (DUP) que são as que têm que ser desapropriadas ou se estão fora dessa área ou se foram famílias que voltaram para o local.

Foi acordado pela Defensoria Pública e pela NESAs que sendo comprovados os impactos serão remanejadas as famílias mesmo que estas não estejam dentro da área da DUP e que a diligência será feita no dia 23 de outubro de 2012, o ponto de encontro será no Porto 6 às 8 horas. A diligência será realizada por um representante da NESAs com poder de decisão e técnicos necessários, representantes da Defensoria Pública de Altamira, pelos moradores do local, um representante da FUNAI, ficando a NESAs responsável por organizar a logística para dez pessoas.

O segundo ponto de pauta dos pescadores e ribeirinhos é o **reconhecimento dos territórios das populações tradicionais ribeirinhos e indenização justa, levando em consideração esses territórios**. O senhor Cecílio coloca que essas famílias não estão sendo tratadas adequadamente, a defensoria coloca que no momento da valoração para a indenização ou remanejamento sejam consideradas além das benfeitorias dessas populações tradicionais, mas todos os aspectos da vida dessas famílias como o acesso ao rio, os recursos pesqueiros. A Defensora coloca que não houve um tratamento diferenciado para as comunidades ribeirinhas no que tange ao reassentamento coletivo e as indenizações que levam o território e não apenas as benfeitorias tanto nas ilhas da Volta Grande do Xingu como das famílias ribeirinhas que têm casa na cidade, pois os mesmos não querem ser remanejados para qualquer local que seja muito diferente do local que moram atualmente, portanto, o pleito é cumprir o PBA. Camilo coloca que são cerca de 7500 famílias que estão cadastradas como atingidas na cidade de Altamira e que existem critérios para a realocação dessas famílias ou indenização e que para que o empreendimento obtenha a Licença de Operação o PBA que realocará tais famílias deverá ser cumprido adequadamente. Camilo coloca que são 400 ilhas na área do reservatório, que já tem ciência que algumas já foram tituladas pelo SPU e que o cadastramento da NESAs está quase finalizado e que estes cadastros serão cruzados para

definir os nomes das famílias atingidas e o tratamento adequado. Camilo fala que a desapropriação das áreas atingidas pelo reservatório já está começando e a Defensora solicita o cronograma dessas desapropriações, o que Camilo coloca que as famílias devem sair até abril ou maio de 2014.

A Defensora coloca que o reconhecimento dessas famílias como tradicionais é necessário para garantir que essas famílias possam ser realocadas como condições semelhantes às que essas famílias vivem. Camilo coloca que essas condições serão atendidas, a Defensora expõe que até o momento, muitas dessas condições para outras famílias não estão sendo garantidas, como nas comunidades Santo Antônio, em que as famílias ainda não foram realocadas e que estão vivendo hoje no meio da construção da obra. Camilo propõe que as 5 famílias da comunidade Santo Antônio sejam realocadas provisoriamente em casas mais próximas possível, em que um ônibus ficará a disposição para levar as crianças para a escola, até que construído o reassentamento. A Procuradora Thaís coloca que a NESA muitas das famílias que estão sendo realocadas por conta da obra têm o perfil de população tradicional e que devem ser devidamente tratadas.

**Ficou encaminhado que a Defensoria Pública e Ministério Público oficialarão a NESA para convocar uma reunião para abrir discussão com objetivo de discutir a situação das populações tradicionais atingidas pela obra.**

Cláudio Kuruaya coloca que no cadastramento feito na cidade de Altamira, no bairro Independente 2 rua acesso 2, algumas famílias estão na cota 100 e outras que são parentes não foram cadastradas apesar de estarem em área de risco. Cláudio fala que essas famílias não podem ser separadas, dessa forma, acredita que essas famílias devem ser cadastradas também. O caso exposto pelo indígena será tratado na reunião a ser marcada pela Defensoria Pública e MPF.

O próximo ponto de pauta trata da solicitação da revogação da IN 03/2004 do IBAMA que proíbe a pesca de espécies do rio, já que o rio não é mais o mesmo e as portarias e instruções normativas do IBAMA não mais se adequam à realidade local. A Defensora explica a demanda dos pescadores e ribeirinhos que é uma nova instrução normativa seja feita e que exclua algumas espécies que estão sendo mortas por conta da obra e não estão sendo aproveitadas economicamente pelas comunidades locais.

**A analista do IBAMA junto com a Procuradora Federal se comprometem em enviar um relatório dessa audiência conciliatória com a solicitação dos ribeirinhos da possibilidade de retificação da IN 03/2004 do IBAMA e enviar uma cópia do relatório para a Defensoria Pública até 19 de outubro de 2012, com solicitação de urgência como também copia aos autos até 22 de outubro.** A Defensoria Pública vai acompanhar os encaminhamentos do referido relatório.

A próxima pauta trata da demanda por informação e participação ativa dos pescadores e pilotos de voadeira nas atividades e obras de transposição. Cláudio explica que é piloto

há mais de vinte e sete anos na região da Volta Grande do Xingu e não recebem informações sobre o que vai acontecer com o rio e o que vai acontecer com a sua atividade econômica principal, que é o transporte de passageiros. Camilo explica que já foram feitas algumas reuniões para explicar sobre o mecanismo de transposição e que foi apresentado para a FUNAI, ANA, IBAMA, entre outros.

Leoni, da Cooperativa de Pilotos de Voadeiras e Barcos do Xingu, coloca que existem 30 pilotos de voadeira e que os mesmos nunca foram informados sobre a questão de navegação na Volta Grande do Xingu. Cláudio coloca que além da falta de informação sobre o que vai acontecer com o rio, não sabem como ficará o seu meio de sobrevivência, já que os passageiros já estão diminuindo nessa rota e gostaria de saber como serão indenizados. A Procuradora Thaís coloca que aqui estão pessoas que aparentemente serão impactadas e que não estão consideradas como Cláudio propõe que seja marcada uma reunião somente com os pilotos de voadeira e a NESAs propõe que a reunião seja no dia 31 de outubro de 2012 em Altamira às 9 horas no espaço da Norte Energia na orla.

Cecílio Kayapó e Pedro sugerem que haja também uma reunião com os pescadores para discutir os impactos sobre a pesca. Camilo diz que segundo os dados da NESAs não há impactos sobre a pesca. O pescador Pedro diz que trabalhou 17 dias para a empresa Biota no qual presenciou a morte de mais de 500 kilos de peixe em apenas uma ensecadeira e que isso não deve ter sido informado para o IBAMA.

**Fica encaminhado que será feita uma auditoria conjunta com os pescadores, técnicos indicados pelos pescadores, técnico do IBAMA, técnicos da NESAs nos locais onde a pesca está sendo afetada pela obra atualmente (a partir da ensecadeira até o rio Bacajá) e verificar os impactos.** Fica encaminhado também que a NESAs sera responsável pelo deslocamento de 7 pescadores e 1 técnico que represente os pescadores e acompanhados pela a Defensoria Pública, que embarcarão no Porto 6 em Altamira às 8 horas do dia 07 de novembro de 2012 e durante a vistoria será estipulado o prazo da entrega do relatório. A NESAs solicita que as ações judiciais movidas pelas colônias de pescadores Z12 e Z57 e pela ACEPOAT serão resolvidas nos respectivos autos.

Sobre o último ponto de pauta apresentado pelos pescadores e ribeirinhos que trata da **compensação financeira, a fim de garantir da continuidade do trabalho dos pescadores e pilotos de voadeira, já que o rio de onde tiram a subsistência não mais oferece condições de trabalho,** ficou definido que tal questão de compensação será tratada a partir das reuniões do dia 31 de outubro de 2012 com os pilotos de voadeira e da vistoria conjunta dos pescadores com a NESAs, que subsidiará esta discussão. E foram encerrados os pontos de pauta dos pescadores e ribeirinhos.



Foi concedido pela NESAs 180 litros de combustível para o retorno de voadeira e dois ônibus. A Procuradora Thaís coloca que a pauta completa dos indígenas será enviada para a FUNAI, para o Supremo Tribunal Federal e para os demais órgãos do Governo responsáveis pela execução das demandas colocadas.

Thaís pergunta aos indígenas se há mais algum pleito para ser discutido com os indígenas e os mesmos colocam que os acordos das últimas reuniões não foram cumpridos. Inês informa aos indígenas que os veículos já foram comprados e estão em Altamira e falta os indígenas apresentarem os nomes das associações ou dos indígenas eleitos pelas aldeias para receber os carros. Além disso, é necessário que haja dois indígenas habilitados para dirigir os veículos e até agora somente 15 nomes foram repassados para a NESAs. Sobre os kits de informática, 12 estão em Altamira e os outros estão para serem entregues.

A presidente da audiência conciliatória esclarece que a desocupação da usina e de qualquer de seus estabelecimentos estará **CONDICIONADA** ao cumprimento dos acordos feitos nessa reunião, assim como o cumprimento dos acordos pelo empreendedor está condicionado à desocupação da usina às 08:00 da manhã do dia 18 de outubro de 2012. A entrega das chaves de todos os veículos como também os 2 rádios foram entregues na data de hoje. Sendo os demais rádios entregues pela FUNAI.

A presidente da audiência conciliatória ressaltou que a presença dos policiais federais de forma descaracterizada contribuiu para a resolução pacífica do conflito, e para o bom andamento da audiência de conciliação, uma vez que se estivessem caracterizados poderiam exaltar os ânimos.

Foi feito um pleito, que não estava previsto na pauta, referente à aquisição de carros para algumas aldeias, será analisado pela Norte Energia. Os pleitos referentes a torres de celular, pistas de pouso e manutenção de equipamentos serão analisados posteriormente pela Norte Energia num prazo de 30 dias a partir de hoje.

Obs1: Registra-se que não foi permitida, no dia 16 de outubro, a permanência da advogada da SDDH sobre protesto da defensoria pública, que não substitui outros advogados que podem ser constituídos pelas partes. O delegado da polícia federal, DR.Mario Sérgio resalta que essa advogada não apresentou a devida procuração.

Obs2: Registra-se que 150 litros de combustível serão entregues aos ribeirinhos nesta data, 17 de outubro de 2012.

Sem mais, encerra-se esta audiência às 18:40 minutos do dia 17 de outubro de 2012.